



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2018.0000847960**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0030805-26.2012.8.26.0224, da Comarca de Guarulhos, em que é apelante MOACIR MORAES SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA) e é apelada ITAU SEGUROS S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente) e BERENICE MARCONDES CESAR.

São Paulo, 26 de outubro de 2018.

**Celso Pimentel**  
**relator**  
Assinatura Eletrônica

Voto nº 38.355  
Apelação nº 0030805-26.2012.8.26.0224  
2ª Vara Cível de Guarulhos  
Apelante: Moacir Moraes Santos  
Apelada: Itaú Seguros S/A  
28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Tendo o autor recebido no âmbito administrativo indenização do seguro obrigatório no percentual indicado na perícia, a nada mais faz jus.

Autor apela da respeitável sentença que lhe julgou improcedente demanda por diferença de indenização de seguro obrigatório. Insiste na pretensão, na invalidez total e permanente e na impertinência da tabela da SUSEP.

Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

Vítima de acidente de trânsito, o autor, atesta a perícia do insuspeito IMESC (fls. 234/239), apresenta invalidez parcial e permanente avaliada em 70% da tabela própria, que guarda toda pertinência para a aferição do grau.

Como ele recebeu no âmbito administrativo indenização no percentual indicado, a nada mais faz jus, porque não há sequela em grau maior.

Daí que a respeitável sentença fica mantida.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pelas razões expostas, nega-se provimento  
ao apelo.

Celso Pimentel  
relator